

DIÁLOGOS ENTRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A ECONOMIA FEMINISTA: A EXPERIÊNCIA DA REDE DE MULHERES PRODUTORAS DO PAJEÚ

Mônica Vilaça da Silva – PPGS UFPB

monicavilaca2@yahoo.com.br

Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Relações de gênero e étnico-raciais

Resumo: Dentre os desafios estabelecidos para a economia solidária, enquanto experiência intermediária de trabalho que atravessa a vida pública e a vida privada, o monetário e o não monetário, está a necessidade de reconhecer os trabalhos invisibilizados realizados gratuitamente pelas mulheres, e que lugar ocupam na construção teórica e metodológica da economia solidária. Assim, buscarei neste trabalho dialogar com a experiência da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú, situada no semiárido pernambucano, que reúne 36 grupos produtivos compostos apenas por mulheres, que atuam na agricultura familiar, no artesanato, no beneficiamento de alimentos, com estratégias de comercialização coletiva e fundo rotativo solidário próprio. Estas mulheres reivindicam o feminismo, a economia solidária e a agroecologia como referências na sua organização o que as têm levado a uma experiência de ação política e organizativa no semiárido que problematiza a organização dos trabalhos realizados pelas mulheres e a necessidade de ampliação da compreensão de economia.

Este artigo se inscreve nos processos desenvolvidos no meu mestrado em Sociologia na UFPB, no qual busco refletir os processos de organização do trabalho das mulheres na economia solidária partindo da ética e dos valores morais significados em suas práticas. Debater os valores morais e a ética mobilizada pelas mulheres permite refletir sobre dimensões da experiência econômica das mulheres não visibilizadas a partir dos conceitos utilizados de trabalho e economia, e das relações que atravessam estas experiências na organização social. Para realizar este estudo, que toma como base empírica o trabalho de mulheres na economia solidária, tenho utilizado as referências da economia solidária em diálogo com as elaborações da economia feminista. É este diálogo que buscarei discutir neste trabalho problematizando o horizonte estratégico e os limites concretos da economia solidária para as mulheres, assim como as contribuições que poderão ser discutidas a partir de interpretações de suas vivências e experiências de trabalho na economia solidária.

No Brasil, de acordo com os dados do último mapeamento nacional da economia solidária, realizado no período de 2009 a 2013, que mapeou 21.853 empreendimentos econômicos solidários, contabilizou-se um total de 1.423.63 participantes. Neste levantamento as mulheres representavam cerca de 44% das trabalhadoras da economia solidária (GAIGER, 2014). As mulheres trabalham em atividades diversas ligadas à agricultura familiar, à produção de alimentos, à costura, ao artesanato, a coleta de materiais recicláveis, à saúde e aos cuidados construindo estratégias que tem lhes permitido dialogar com sua experiência construída na casa e na comunidade, traduzindo o trabalho na economia solidária em uma experiência “intermediária entre o privado/doméstico e a vida pública, entre o monetário e o não monetário” (GUÉRIN, 2003, p. 17). Esta experiência de trabalho na economia solidária tem conferido novos significados para os trabalhos realizados pelas mulheres, mas enfrenta limites concretos.

Um destes limites refere-se as desigualdades a que estão submetidas no espaço privado ao realizarem um permanente conjunto de trabalhos essenciais à reprodução da vida e invisíveis na vida econômica que tem sido definida como expressão da desigual divisão sexual do trabalho a que estão submetidas as mulheres. Esta forma sexuada de divisão do trabalho social, adaptada historicamente em cada sociedade tem assumido como características a hierarquização e diferenciação de mulheres e homens nas relações de sexo, além da destinação de homens a esfera produtiva e as mulheres a esfera reprodutiva, e desta forma, atribuído aos homens na esfera pública funções sociais com maior valor social, como a participação política, religiosa, militar, científica, dentre outras (KERGOAT, 2009, p. 67).

Um segundo limite apresenta-se na dificuldade de ampliar os sentidos das estratégias que as mulheres têm construído em seus trabalhos na economia solidária com o reconhecimento dos trabalhos desenvolvidos no espaço doméstico e familiar. Desta forma problematizar o trabalho doméstico e de cuidados como um trabalho necessário para a reprodução da vida estabelece para a economia solidária a necessidade de ampliar o que compreende por trabalho, e o que estabelece como economia. Esta ampliação conceitual apresenta-se no bojo das discussões sobre a reestruturação do trabalho e da economia propostos pela economia feminista em seus diálogos não apenas com a economia solidária, mas também em outras dinâmicas econômicas como as economias dos povos originários e tradicionais.

A Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú

A Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú consolida e reúne toda uma trajetória de organização política e de trabalho das mulheres desenvolvido nas décadas de 80 e 90 no Pajeú que se articula com a execução de políticas públicas no semiárido, assim como a ação de organizações não governamentais e sindicatos. Elas começaram a discutir sua organização em 2005, com a assessoria e animação da Casa da Mulher do Nordeste – CMN, uma organização não governamental, fundada em 1980, com sede no Recife e em Afogados da Ingazeira, que começou sua atuação no Pajeú em 2002 realizando diagnósticos das relações de gênero na agricultura familiar no sertão do Pajeú. Após estas ações a CMN mobiliza um conjunto de grupos produtivos de mulheres para participar do Festival de Economia Popular e Solidária no Pajeú em 2005, estabelecendo as bases da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú.

Embora as ações da Rede tenham começado em 2005, elas consideram sua fundação a partir do seu estabelecimento jurídico, por ser este um momento, identificado por elas, de consolidação de uma identidade coletiva¹. A Rede reúne grupos produtivos de mulheres com atividades econômicas diversas, como o

artesanato, a agricultura familiar, o beneficiamento de alimentos, a produção de roupas, dentre outras ações. Hoje a rede articula 26 grupos produtivos, que envolvem cerca de 450 mulheres, localizados em 11 municípios do Sertão do Pajeú – Brejinho, Itapetim, São José do Egito, Tabira, Afogados da Ingazeira, Carnaíba, Igaraci, Flores, Triunfo, Santa Cruz da Baixa Verde e Mirandiba. Todos os grupos são informais, e as mulheres que participam dos grupos em sua maioria possuem graus de parentesco entre si. Dentre os grupos a maioria são de produção coletiva, e uma parte de comercialização, em especial os que trabalham com artesanato e agricultura, e tem dinâmicas e estratégias próprias de organização e gestão.



¹ REDE DE MULHERES PRODUTORAS DO PAJEÚ. 10 anos de luta: o caminho trilhado. Afogados da Ingazeira : Gráfica Asa Branca, s/d.

Estas características dos grupos estabelecem para a Rede, enquanto organização que os articula, alguns papéis importantes. A constituição de uma personalidade jurídica permite aos grupos acessarem projetos e recursos que cumprem funções diversas: ampliação e melhoria das estruturas de trabalho dos grupos, organização de processos de formação e intercâmbio, acesso a feiras e outros espaços de comercialização, dentre outros possíveis benefícios. Um outro papel cumprido pela rede é a mediação de conflitos junto aos grupos, como estes possuem uma base formada por mulheres com graus diferentes de parentesco apresentam-se por vezes dificuldades de diálogo e gestão em que buscam o apoio das educadoras da rede.

Uma outra ação articulada pela Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú é a administração do fundo rotativo solidário, estratégia de finanças solidárias utilizada, em especial na economia solidária. As finanças solidárias buscam construir métodos de democratizar o acesso a recursos e serviços a partir de uma compreensão que as finanças devem estar articulados as dinâmicas e identidades locais, buscando fortalecer as estratégias associadas e solidárias, e por fim, que estas finanças devem ser construídas e geridas coletivamente². O fundo permite às mulheres ter uma forma de autofinanciamento que, para ser acessado, torna necessário a apresentação de algumas informações pelos grupos para que o conjunto da rede possa discutir e aprovar: o grupo deve expor em que empregará o recurso, quanto necessita e como será realizada a devolução – considerando quantidade de parcelas, valor e prazos para a devolução. São raros os casos de inadimplência já que existe uma compreensão de que os recursos pertencem a todas e que não existem outras formas de acessar financiamentos pelas mulheres no Pajeú com as condições estabelecidas através do fundo rotativo solidário.

Quanto a organização a Rede possui três esferas, a primeira é a Assembleia que é composta por todas as mulheres do conjunto dos grupos participantes da rede, esta é a principal esfera de deliberação da Rede. A segunda esfera é a coordenação política composta por uma mulher de cada grupo produtivo, esta coordenação é definida nas assembleias e é responsável por acompanhar as decisões políticas na Rede. Por fim, a rede conta com uma equipe de educadoras contratadas que é responsável pelo funcionamento cotidiano da rede, por apresentarem os projetos, realizar as atividades de formação e mediação, assim como acompanhar o funcionamento administrativo da Rede.

² CÁRITAS BRASILEIRA. Rede CFES. Referenciais metodológicos de formação e assessoria técnica em economia solidária. Brasília, 2016.

Economia solidária e economia feminista

A economia solidária aqui toma o lugar de contexto empírico e de articulação e desenvolvimento conceitual. É importante destacar que há uma grande diversidade de experiências que se pronunciam como economia solidária o que se expressa em diversas conceituações. Aqui tratarei a economia solidária como uma prática que vem reunindo experiências de organizações formais ou informais de trabalho que se distinguem por: estabelecer valores e fundamentos particulares na realização do trabalho, recuperar o sentido político do produto do trabalho e buscar uma reapropriação da economia em um horizonte social e político (SANTOS; CUNHA, 2011).

Quanto a realização do trabalho são características principais na economia solidária uma *organização cooperada ou associada e autogestionária*. A cooperação ou associação necessariamente não implicam na realização de todas as etapas do trabalho de forma coletiva, mas na realização de tarefas ou etapas do processo pensadas de forma integrada, seja na produção, na compra de produtos, no uso e propriedade coletiva de equipamentos, ou no momento da comercialização. A autogestão remete a uma compreensão de democracia radical, na qual se prioriza uma busca permanente por igualdade e liberdade de participação e incidência nas definições políticas da organização coletiva. Para a economia solidária, a autogestão busca superar as diferenças entre os tipos de trabalho, compartilhar as decisões administrativas e políticas da atividade econômica, reconhecer e problematizar as falas e saberes dentro dos grupos (MOTHÉ, 2009).

A organização do trabalho em outros princípios, como a cooperação, a solidariedade e a autogestão, busca questionar a produção orientada pela máxima exploração da natureza e do trabalho e a alienação da trabalhadora e do trabalhador no processo. A desapropriação dos resultados do trabalho de mulheres e homens e a inversão das relações sociais, de relações entre pessoas para relação entre mercadorias, é o que Marx vai definir como alienação. O trabalho, para realizar-se, pressupõe uma ação de transformação, realizada e significada socialmente. Ao perderem o controle do processo de produção do trabalho e das relações sociais entre as pessoas, que passam a ser substituídas por relações mediadas por mercadorias, a alienação alcança a própria natureza humana ao considerarmos que o trabalho não está mais a serviço de sua emancipação e liberdade. A economia solidária ao construir outros princípios de produção e circulação de bens estabelece também a

necessidade de recuperar o sentido do trabalho e reapropriar-se do produto do trabalho, buscando construir novas compreensões sobre o trabalho necessário e essencial para a reprodução da vida.

Discutir o que é produzido, considerando que o mercado como concebido na economia capitalista é o lugar final em que as relações sociais permutam-se em mercadorias e dinheiro, tem levado a economia solidária a duas reflexões que caminham na busca de uma reapropriação da economia conferindo-lhe um horizonte social e político. Uma primeira questão é a construção de um mercado que estabeleça a centralidade nas relações entre pessoas e não entre mercadorias, e uma segunda questão seria a necessidade de discutir o consumo como uma ação política, buscando caminhar para o consumo solidário,

aquele praticado em função não apenas do bem-viver pessoal, mas também do bem-viver coletivo, em favor dos trabalhadores que produzem, distribuem e comercializam os bens e serviços consumidos e, igualmente, em prol da manutenção do equilíbrio dinâmico dos ecossistemas (MANCE, 2009, p. 75).

Uma definição da economia solidária³ construída junto às educadoras e aos educadores populares do Nordeste aponta-a como uma ação política de resistência ao modelo neoliberal responsável por questionar as relações desiguais e patriarcais que se produzem e reproduzem nas relações sociais e culturais entre as pessoas, devendo recuperar as ligações entre a economia e a política artificialmente apagadas pelo pensamento liberal. A economia solidária reuniria práticas associativas e cooperativas, de povos tradicionais, no campo e na cidade, que deslocam sua centralidade do mercado para restabelecer relações de proximidade e reciprocidade entre mulheres e homens envolvidos nos processos de trabalho e troca. (DUBEX, A. et al., 2012)

Estas características aproximam-se de uma definição da economia solidária como uma forma econômica de ‘reprodução ampliada da vida’ (CORAGGIO, 2009). A reprodução ampliada da vida envolveria as ações de resistência e reconstrução do econômico em diversas frentes, desde as atividades de trabalho desenvolvidas no âmbito da casa, da comunidade, e as iniciativas econômicas formais ou informais; as organizações de trocas e de comercialização; as redes de organização popular, e os movimentos reivindicatórios. Seriam ações que buscariam garantir uma melhor qualidade de vida para mulheres e homens e construir uma alternativa ao capitalismo.

³ Esta definição foi construída em um Seminário de Sistematização do qual participei enquanto parte da coordenação pedagógica do CFES/NE.

Estas compreensões nos leva aos estudos de Guérin (2003) que, ao discutir a participação das mulheres na economia solidária na França e no Senegal, propõe que a finalidade econômica deveria ser

acompanhada por uma finalidade social: produzir vínculos sociais e solidariedade, não uma solidariedade abstrata e institucionalizada, mas uma solidariedade de proximidade; o auxílio mútuo e a reciprocidade no âmago da ação econômica” (GUÉRIN, 2003, p. 80).

A economia solidaria pode apresentar-se, assim, como uma experiência intermediária de trabalho, atravessada por valores morais e éticos, que ressignificados, tornam-se importantes para analisar quanto a um exercício de complementaridade de organização econômica da vida das mulheres que vem organizando suas atividades de trabalho nos grupos produtivos que compõe a Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú. Discutir este caráter intermediário e complementar do trabalho nos leva a discutir trabalhos específicos realizados pelas mulheres e como esta experiência implica em uma produção moral e ética específica, que compõe a experiência histórica de trabalho das mulheres.

A história da economia feminista caminha paralelamente ao desenvolvimento do pensamento econômico clássico e neoclássico, constituindo-se em uma crítica ao recorte androcêntrico que domina a abordagem econômica. A economia se apresenta como um ramo de conhecimento com enorme poder social, um tipo específico de atividade humana que tem considerado apenas a economia de mercado, e apresenta-se como um sistema ou estrutura social sob controle hegemônico de um paradigma o que dificulta a problematização de gênero (DURÁN, 2005; CARRASCO, 2006). Considerando estas características da economia como pensamento, ação humana e parte da organização social, a economia feminista tem incidido também na reivindicação de uma reconstrução conceitual e paradigmática, assim como de uma ampliação metodológica e teórica que permita abarcar outras atividades econômicas que não têm sido ‘vistas’ pela economia.

Se pretende un cambio radical en el análisis económico que pueda transformar la propia disciplina y permita construir una economía que integre y analice la realidad de mujeres y hombres, teniendo como principio básico la satisfacción de las necesidades humanas (Carrasco, 2006, p. 31)

A industrialização é um momento decisivo para o estabelecimento de uma dicotomia que repercute no pensamento econômico, com o afastamento do público e do privado, o que inicia uma tradição que ignora as novas características assumidas pela divisão sexual do trabalho passando a associar, exclusivamente, trabalho a emprego. Assim as práticas de

trabalho das mulheres passam a ser consideradas, neste momento de elaboração do pensamento econômico, como exceções à regra, explicadas como parte da esfera privada, apresentada como homogênea e representada socialmente pelo homem, a quem se atribuía a chefia da família.

A categoria de gênero torna-se fundamental para o desenvolvimento da economia feminista, que também avança em uma crítica metodológica e epistemológica à pretensa neutralidade dos estudos econômicos que excluem os conflitos de gênero. Um outro aspecto desta crítica refere-se ao ocultamento das atividades das mulheres que tem sustentado a existência de uma esfera pública, na qual o indivíduo é racional, egoísta e autônomo.

El hecho de que las mujeres asuman la responsabilidad de la subsistencia y el cuidado de la vida, ha permitido desarrollar un mundo publico aparentemente autónomo, ciego a la necesaria dependencia de las criaturas humanas, basado en la falsa premisa de libertad; un mundo incorpóreo, sin necesidades que satisfacer; un mundo constituido por personas inagotables, siempre sanas, ni demasiado jóvenes ni demasiado adultas, autoliberadas de las tareas de cuidados. (Carrasco, 2006, p 44-45)

Ao trazer outras atividades necessárias, realizadas de forma oculta e gratuita pelas mulheres, a economia feminista discute o que é imprescindível a vida, apontando a urgência de ressignificar trabalho, produtividade e eficiência; construir novos marcos teóricos, estatísticas e indicadores que compreendam a realidade das diversas atividades econômicas que operam de forma imbricada e assim, reconheçam as diversas formas de trabalhos não remunerados e seu lugar na organização social. O cuidado, assim, enquanto componente ético e moral, apresenta-se como elemento central do trabalho realizado no lar, que o distancia do trabalho remunerado.

O cuidado na teoria feminista é considerado um conceito polissêmico, referindo-se: a uma dimensão ética e moral, relacionada tanto a ações, quanto a atitudes, ou a disposições morais; a uma experiência de trabalho historicamente vinculada à casa e às mulheres; assim como, a uma atividade profissional, tendo esta última compreensão concentrado muito da produção recente sobre os cuidados, considerando os processos migratórios de cuidadoras, a expansão das atividades compreendidas como cuidado, além dos debates quanto a regulamentação das relações de trabalho destas atividades (HIRATA; GUIMARÃES, 2012).

Interessa-me aqui discutir a dimensão ética e moral dos cuidados que tem como contribuição central a definição de Joan Tronto, que faz sua contribuição à ética dos cuidados

discutindo a necessidade de compreender as diversas experiências das mulheres – lésbicas, negras, trabalhadoras, e o cuidado como uma questão moral e política que deveria ser pensada a partir de um olhar complexo sobre a organização da sociedade, e de uma moral e política contemporânea: como uma ética dos cuidados contribuiria para uma sociedade mais democrática.

Tronto e Fisher apresentam a definição dos cuidados como

uma atividade da própria espécie que inclui tudo o que podemos fazer para manter, continuar e reparar nosso ‘mundo’ para que possamos viver nele da melhor maneira possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso meio ambiente, e tudo em que procuramos intervir de forma complexa e autossustentável (Fisher, Tronto, 1990, apud Tronto, 2007, p. 287).

Esta é uma definição abrangente que localiza os cuidados como parte central da vida de mulheres e homens, apresentando-os como um conjunto de atividades realizadas permanentemente, de forma cotidiana e da quais se tem constante necessidade. Esta compreensão dos cuidados provoca a discussão sobre as razões pelas quais os cuidados – se compreendidos como essenciais e presentes – mantêm-se invisíveis nas teorias, e são associados, por vezes, apenas como atividades a serem realizadas por mulheres, pobres e migrantes, embora presentes não apenas no âmbito das famílias, mas de instituições sociais e de mecanismos de mercado.

Para Tronto (2007) os cuidados podem ser percebidos em fases do ‘cuidar’ com dimensões morais próprias. Uma primeira fase seria o ‘cuidar de algo’ que implicaria a qualidade moral de ser atencioso, ‘reconhecer necessidades’. A segunda fase, ‘importar-se com algo’ mobilizaria a ‘reponsabilidade’ como dimensão moral, e a terceira fase seria o ‘oferecer o cuidado’, à qual vincula-se a qualidade moral da ‘competência’⁴. A última fase seria o ‘receber o cuidado’, que é a resposta das necessidades de cuidados existentes, e ‘receptividade’ apresenta-se como a qualidade moral mobilizada.

Estas fases ao serem percebidas em relações construídas no âmbito da família, das instituições sociais e dos mecanismos de mercado apresentam os cuidados como relações assimétricas, nas quais os cuidados necessários, quando uma pessoa não pode fornecer a si própria o cuidado, convertem-se em uma relação de poder mediada por dimensões morais que levam o cuidado a um limite político. Os cuidados, ao mobilizarem qualidades morais

⁴ Tronto destaca que competência é geralmente associado como uma dimensão técnica, mas que nas relações de cuidado assumiria uma qualidade moral.

como o ‘reconhecimento de necessidades’, a ‘responsabilidade’, a ‘competência’ e a ‘receptividade’ tensionam a relação entre a vida pública e a vida privada, entre a política e a moral.

Assim os cuidados seriam organizados política, social e economicamente de forma a preservar relações de poder e manutenção de privilégios. Um dos sentidos destes privilégios é nomeado por Tronto como a ‘irresponsabilidade privilegiada’, fenômeno que autoriza algumas pessoas a dispensarem-se de ações de cuidados porque outras pessoas o farão. Este processo ao deslocar os cuidados (visto ao longo da história como responsabilidade primeira das mulheres) para a esfera dos serviços, transforma o cuidado em ação dirigida àquelas e àqueles que se encontram em uma dada condição de vulnerabilidade. Assim o cuidado como parte vital da organização da vida apresenta-se, neste contexto, reduzido e desqualificado em duas direções: para quem precisa de ações de cuidados por encontrar-se em um grau maior de vulnerabilidade, e para quem realiza os cuidados por ser uma tarefa desvalorizada e mal remunerada pela origem que lhe é atribuída.

Os cuidados seriam vistos por Tronto como uma atividade presente em ações de mulheres e homens de forma a melhor garantir a vida, estabelecendo-se por uma relação de compartilhamento do ‘mundo’. Manter a vida exigiria perceber que “há um fluxo contínuo que representa quanto cuidado uma pessoa necessita, não uma dicotomia entre os que são cuidados e os que cuidam” (TRONTO, 2007, p. 299). Esta afirmação propõe que os cuidados estão presentes na vida de todas e todos e conduz a necessidade de compreendermos a vulnerabilidade como uma característica ontológica, que se apresenta em graus diferentes. Assim os cuidados, dispendidos de forma gratuita e oculta e que tornariam possível a vida pública, precisariam ser questionados e democratizados.

Referência

CÁRITAS BRASILEIRA. Rede CFES. **Referenciais metodológicos de formação e assessoria técnica em economia solidária**. Brasília, 2016.

CARRASCO, C. La economía feminista: una apuesta por otra economía. In: VARA, M. J. (org.) **Estudios sobre género y economía**. Madrid : Ediciones Akal, 2006.

_____. Introducción: hacia una economía feminista. In: CARRASCO, C. (org.) **Mujeres y economía**. 2ª ed. Barcelona : Icaria Editorial, 2003.

CORAGGIO, J. Economia do Trabalho In: CATTANI, A. [et all]. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. P 26 – 30.

CUNHA, G. C. SANTOS, A. M. Economia solidária e pesquisa em ciências sociais: desafios epistemológicos e metodológicos. In: HESPANHA, P. e SANTOS, A. M. (Org) **Economia Solidária: questões teóricas e epistemológicas**. Coimbra: Almedina, 2011.

DUBEUX, A. MEDEIROS, A. VILAÇA, M. SANTOS, S. (org) **A construção do conhecimento em economia solidária: sistematização de experiências no chão de trabalho e vida no Nordeste**. Recife: F&A Gráfica e Editora LTDA, 2012.

GAIGER, L. I. (org) **A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. São Paulo : Oikos, 2014.

GUÉRIN, I. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HIRATA, H. GUIMARÃES, N. A. Introdução. In: HIRATA, H. GUIMARÃES, N. A. (org.) **Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho de care**. São Paulo : Editora Atlas, 2012.

KERGOAT. D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H. [et all]. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. P. 67 - 75.

MOTHÉ, D. Autogestão. In: CATTANI, A. [et all]. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. P 26 – 30.

REDE DE MULHERES PRODUTORAS DO PAJEÚ. **10 anos de luta: o caminho trilhado**. Afogados da Ingazeira : Gráfica Asa Branca, s/d.

TRONTO, J. Assistência democrática e democracias assistenciais. **Sociedade e Estado**, Brasília, maio-agosto 2007, v. 22, n. 2, p 285-308. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v22n2/03.pdf>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2017.